

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO E NEGACIONISMO: DESAFIOS EDITORIAIS¹

Inês Barbosa de Oliveira²

Resumo

Os preços cobrados dos autores, por algumas das principais editoras científicas do mundo beiram os dez mil dólares. Enquanto isso, cresce no mundo, a perspectiva de uma ciência aberta, acessível a todos, transparente em suas avaliações por pares e em relação aos dados das pesquisas na origem dos artigos. Este cenário de embates e contradições permite tratar dos desafios editoriais que estão colocados àqueles que atuam na área a partir de diferentes ângulos. O objetivo é contribuir para as reflexões, mais do que oferecer respostas, levantar possibilidades de mudança e apontar dificuldades. **Palavras-chave:** mercantilização do conhecimento; negacionismo científico; publicação científica e circulação de conhecimento; desafios editoriais nas ciências humanas

PRODUCCIÓN Y CIRCULACIÓN DE CONOCIMIENTO EN TIEMPOS DE MERCANTILIZACIÓN Y NEGACIÓN: DESAFÍOS EDITORIALES

Resumen

Los precios que algunas de las principales editoriales científicas del mundo cobran a los autores se acercan a los diez mil dólares. Mientras tanto, crece en el mundo la perspectiva de una ciencia abierta, accesible a todos, transparente en sus evaluaciones por pares y en relación a los datos de investigación en el origen de los artículos. Este escenario de choques y contradicciones permite enfrentar los desafíos editoriales que se plantean desde diferentes ángulos. El objetivo es contribuir a la reflexión, más que ofrecer respuestas, plantear posibilidades de cambio y señalar dificultades.

Palabras clave: mercantilización del conocimiento; negacionismo científico; publicación científica y circulación del conocimiento; retos editoriales en humanidades.

PRODUCTION AND CIRCULATION OF KNOWLEDGE IN TIMES OF COMMODIFICATION AND DENIALISM: EDITORIAL CHALLENGES

Abstract

The prices charged to authors by some of the main scientific publishers in the world are close to ten thousand dollars. Meanwhile, the perspective of an open science, accessible to all, transparent in its evaluations by peers and in relation to the research data at the origin of the articles grows in the world. This scenario of clashes and contradictions allows us to deal with the editorial challenges posed to those who work in the area from different angles. The aim is to contribute to reflections, rather than offering answers, raising possibilities for change and pointing out difficulties.

Key-words: commodification of knowledge; scientific denialism; scientific publication and circulation of knowledge; editorial challenges in the humanities.

¹ Ensaio recebido em 06/06/2023. Aprovado pelos editores em 31/07/2023. Publicado em 23/08/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i45.57381>.

² Doutora em Ciências da Educação pela Université des Sciences Humaines de Strasbourg (USHS) - França, Professora titular aposentada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA) – Rio de Janeiro. Atua no campo do Currículo, dos estudos dos cotidianos e com novas epistemologias na pesquisa em educação. E-mail: inesbo2108@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0323845315267858>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4101-3919>.

Introdução

Descobrimos recentemente no Brasil, e algo chocados, que os preços cobrados dos autores, por algumas das principais editoras científicas do mundo beiram os dez mil dólares. E mesmo depois de pagarem, para acessar seus próprios textos publicados, os autores – e todos aqueles que se interessarem pela leitura do artigo – precisam pagar pelo acesso, valores também considerados exorbitantes. A polêmica emergiu em virtude da demissão coletiva de editores de um dos principais periódicos de uma dessas editoras, por considerarem extremamente elevadas as quantias cobradas.

Enquanto isso, cresce no mundo, a perspectiva de uma ciência aberta, acessível a todos, transparente em suas avaliações por pares e em relação aos dados das pesquisas que estão na origem dos artigos. O acesso livre, extremamente valorizado por pesquisadores faz parte dessa perspectiva de ciência aberta. Uma das principais justificativas para esta posição em relação às pesquisas e publicações está no fato de boa parte dessas pesquisas, ser financiada por dinheiro público, o que as tornaria um direito de quem paga por ela, os cidadãos cujos impostos as financiam.

Este cenário de embates e contradições nos permite tratar dos desafios editoriais que estão colocados àqueles que atuam na área a partir de diferentes ângulos, e é o que faremos neste texto. O objetivo é contribuir para as reflexões, mais do que oferecer respostas, e, também, levantar possibilidades de mudança e apontar dificuldades. Didaticamente separados em seções, os temas se articulam e caminham juntos, não há dúvida, como diferentes expressões do momento político, científico e econômico que o mundo ocidental vivencia.

Se a questão econômica que abre este texto preocupa, pela evidência de que mercantilização da produção científica não é mais um futuro perigoso a temer, mas uma realidade que precisamos compreender para buscar possibilidades de combatê-la em defesa do caráter público do conhecimento científico, seu aspecto menos visível, o do risco desse fechamento fomentar o negacionismo e os ataques à produção científica, às universidades, aos pesquisadores e, no limite, ao próprio conhecimento em si, abre espaço para a circulação livre e aberta, de toda sorte de desinformação, um problema de caráter social e político, mais do que científico ou econômico.

Assim, vamos abordar, em primeiro lugar, a questão da mercantilização e da influência das desigualdades econômicas sobre a circulação do conhecimento, incluindo no debate as questões que envolvem a ideia do inglês como língua franca na perspectiva da internacionalização subalterna – noção que cunhamos para questionar o modo como, no Brasil, o debate sobre a internacionalização se coloca. Em seguida, trataremos dos riscos políticos e sociais tanto da exclusão quanto o fato desta exclusão abrir espaço para a desinformação e o negacionismo e seu outro lado, os ataques às universidades e pesquisadores no Brasil.

A especificidade do cenário nacional nas ciências humanas e sociais e as responsabilidades editoriais que a ela se associam fecha o artigo, buscando situar alguns dos principais problemas que nos atingem, considerando não só este cenário global, como as inadequações da compreensão hegemônica de ética na pesquisa – associada ao campo da saúde – e os esforços que vêm sendo feitos para que os resultados de pesquisas no campo respeitem exigências éticas outras e se adequem a princípios mais adequados ao campo. Este último tema se faz necessário em virtude de sua relevância para os periódicos da área e seus editores.

A mercantilização da produção científica: desigualdades econômicas, privilégios do Norte global e silenciamento dos “outros” do sistema

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2019), o Norte global, que é metafórico tanto quanto o Sul global, vem impondo suas percepções de mundo e modos de organização social ao restante do mundo, por meio de três dimensões complementares: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

Os conflitos estruturais do nosso tempo decorrem da articulação desigual e combinada dos três modos principais de desigualdade estrutural nas sociedades modernas. São eles, capitalismo, colonialismo e patriarcado, ou mais precisamente, hetero-patriarcado. (...).

A diferença principal entre os três modos de dominação é que, enquanto o capitalismo pressupõe a igualdade abstrata de todos os seres humanos, o colonialismo e o patriarcado pressupõem que as vítimas deles são seres sem plena dignidade humana, seres sub-humanos.

Esse sistema opera por meio da inferiorização e da exclusão de seus outros e, não por acaso, realimenta preconceitos em relação ao mundo “colonizado”, seus processos de produção de conhecimento, suas culturas originárias e línguas. Homens

brancos, heterossexuais do Norte global terão sempre mais e melhores oportunidades de fazer ciência e de divulgar o que produzem, como atestam os números globais e nacionais.

É no interior desse sistema que a mercantilização da produção científica cresce, embora sua inspiração e concretização envolvam, prioritariamente, outras variáveis. Encontramos em Serafim (2011, p. 241) uma análise de como as mudanças no sistema capitalista mundial, no final do século XX se fizeram acompanhar de mudanças na educação superior, tornando-a crescentemente alinhada com o chamado “mercado”.

O final do século XX representou um momento de importantes transformações no sistema capitalista mundial. Acompanhando essas transformações, a educação superior passou – e ainda segue passando – por um período de redefinição das suas funções. Esta redefinição vincula-se às mudanças impostas pelo processo de globalização econômica que permeia o mundo contemporâneo. A principal redefinição se refere à orientação cada vez mais próxima das instituições de educação superior (IES) à lógica do mercado.

À medida que essas mudanças foram se consolidando, na oferta da educação superior, o processo que levou essa perspectiva à produção e difusão do conhecimento científico também se aprofundou. Isso ocorre muito em virtude da difusão e legitimação da ideia de que o mercado é mais eficiente e eficaz e, portanto, mais adequado, do que o Estado e suas normatizações na regulação das instituições em geral, pérola do liberalismo econômico transportada para a atualidade. Por que não das acadêmicas? “As IES passam, portanto, a serem cada vez mais adeptas e inseridas nessa lógica pró-mercado, pró-desburocratização, pró-sistema de avaliação utilitarista e quantitativo, pró-ranking, pró-valorização da relação IES-empresa, pró-flexibilização do trabalho” (SERAFIM, 2011, p. 247).

Esse fenômeno, no Brasil, ganha um caráter próprio, em função do fato das instituições privadas serem ampla maioria na oferta do ensino superior, mesmo sendo na Universidade Pública que a maior parte do conhecimento é produzido, sendo difundido também a partir delas. Sob ataque de diferentes conservadorismos e da ganância capitalista, a Universidade passa a conviver com uma lógica crescentemente produtivista, que assume em sua faceta mais cruel, a redução de verbas como meio de incentivo à competição por estas, baseada na produtividade. Como aprendemos com Maturana (1999, p. 53), ao contrário do que pensam alguns, “nenhuma

competição é saudável” e a instauração dessa lógica, própria do mercado e do capitalismo selvagem, converte o que deveria ser um sistema de cooperação e compartilhamento, num sistema de compra e venda de produtos.

E assim, quem pode, compra, quem não pode...

É esse o fenômeno denunciado até mesmo por editores de periódicos, mas há problemas maiores, que envolvem os chamados “periódicos predatórios”. Se a publicação de artigos é necessária à sobrevivência mercadológica do pesquisador, nada mais óbvio do que vender oportunidades de publicação. Empresas vêm se especializando nessa prática, desenvolvendo estratégias relativamente convincentes, academicamente e, com isso, ganhando adeptos, sobretudo entre pesquisadores em início de carreira, cujos nomes não são capazes de seduzir os editores dos “grandes” periódicos. Algumas, e isto é uma denúncia, chegam a obter bons rankings, já que muitas vezes critérios éticos não fazem parte de algumas normas avaliativas.

Aqui encontramos, de novo, a exorbitância de determinadas cobranças – ainda pouco praticadas no campo das ciências humanas e sociais – e o modo como operam, concretamente, em favor não só da exclusão de resultados de pesquisas de baixo orçamento, mas também um ranqueamento em função de valores pagos, sem que a qualidade dos “produtos” possa desempenhar papel relevante. Chegamos a uma equação danosa à produção e à divulgação científica, promovida pela mercantilização, e acatada pelos mais ricos e poderosos – países, universidades, programas de pós-graduação, pesquisadores –, segundo a qual a produção pode ser classificada por níveis de riqueza e poder sem que a qualidade acadêmica intrínseca seja considerada. Mesmo nos casos de periódicos de excelência acadêmica reconhecida, pode-se afirmar que pesquisas de baixo financiamento, não importando sua qualidade, jamais aparecerão neles, o que significa privilégio dos mais ricos. O capitalismo segue sem nos surpreender, sendo igual a si mesmo, sempre.

A consequência mais visível desta forma de organização da divulgação científica é o silenciamento de pesquisadores e instituições pouco financiadas, pouco poderosas, pouco visíveis. No caso brasileiro, no campo das ciências humanas e sociais, os valores monetários a disponibilizar não são altos, até em virtude de serem poucos os periódicos não predatórios a cobrar para publicar, mas ainda assim, o que se assiste é a uma estruturação que favorece os não necessitados, e condena os demais ao ostracismo, à invisibilidade. Revisores indicados, exigências de citações –

que promovem os próprios periódicos – necessidade de coautorias com pesquisadores mais experiências e outros mecanismos buscam garantir o bom funcionamento e a reprodução da lógica vigente, inclusive do ponto de vista epistemológico e metodológico. Estaríamos, nesses casos, mais próximos do colonialismo do que do capitalismo.

Complementarmente, portanto, à lógica do mercado e à questão financeira que invadem a produção e a divulgação científicas, assistimos à prevalência dos conhecimentos eurocêntricos, produzidos pelo que Thomas Kuhn (1971) chamava de Ciência Normal – aquela que segue os paradigmas hegemônicos – sobre as novidades epistemológicas e metodológicas. O processo de silenciamento e de invisibilização que permite a reprodução do sistema econômico e político segue seu curso, seja por meio do capital, seja por meio da colonização. Desnecessário complementar afirmando que, em todos os casos, o hetero-patriarcado opera.

Seguem sendo invisibilizados, desconsiderados e muitas vezes desqualificados como produtores de conhecimentos e silenciados pesquisadores e instituições que, estando fora dessas redes valorizadas, fora da produção de ciência normal e sem possibilidades de pagar para divulgar seus resultados de pesquisa. Se olharmos mais globalmente, outra variável precisa ser inserida no debate: o processo de globalização. A globalização econômica chega diferentemente nos países centrais e nos periféricos, mas chega sempre. Como país periférico, o Brasil tende a importar lógicas e normatizações advindas dos países centrais, e é aí que encontramos os problemas que a internacionalização nos coloca, especificamente porque vem sendo feita de modo subalterno.

Internacionalização subalterna e globalização: língua franca e importação de referências realimentando o “complexo de vira-latas”

Em diferentes ocasiões tivemos a possibilidade de debater a internacionalização acadêmica, dentro e fora do campo do Currículo, nossa atuação principal. Vimos entendendo que, para discutir a internacionalização acadêmica precisamos refletir sobre as relações criadas a partir dos processos de colonização e de como a colonialidade está presente nos processos de internacionalização, porque faz parte da nossa vida cotidiana, do mesmo modo que o capitalismo e o hetero-patriarcado.

Como já abordamos, a globalização hegemônica pode ser vista como continuidade da colonização na medida em que seguimos com hierarquias histórico-sociais e relações desiguais de poder entre países, entre sujeitos e grupos sociais, povos, conhecimentos e culturas. Nessa forma de globalização – que não é uma fatalidade nem algo permanente – os sistemas de dominação se combinam sempre como o império de um local sobre outro, o que alguns autores chamam de *glocalização*. Boaventura de Sousa Santos afirma que “a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (2007, p.2).

Um movimento de globalização de produções locais hegemônicas e, portanto, capazes de se impor globalmente - o localismo globalizado - se combina com um outro, seu corolário, o globalismo localizado, em que diferentes locais sentem diferentemente os efeitos da globalização, sempre de acordo com uma hierarquia que desempodera e fragiliza os fracos e suas possibilidades de seguir sendo o que são ao mesmo tempo em que fortalece os fortes, suas regras, produtos e lógicas.

A particular atenção que entendemos ser necessário dedicar a esta compreensão deve-se à contribuição dela para a entendermos melhor como, no que se refere à produção científica e à sua divulgação, a questão (falaciosa) da língua franca e a importação de referências operam nesse cenário de internacionalização subalterna que vem imperando no nosso país. Publicar cada vez mais em língua inglesa – pagando tradutores com verbas muitas vezes pessoais – é uma imposição. Pesquisadores convencidos de que o inglês é língua franca não faltam, mas quando dialogamos com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos e outros autores, percebemos que se trata de um localismo – a língua falada por alguns países no mundo se impõe como “universal” – globalizado, todos devem se expressar nessa língua. Não por acaso, é a língua materna dos habitantes do país mais poderoso do mundo!

Com relação à importação de referências – muitas também de língua inglesa, mas às quais se juntam autores europeus e comparações com os países de origem destes – trata-se de uma prática ainda mais subalternizada e subalternizante, pois ao se basear na compreensão de que respostas aos problemas sociais e políticos do Brasil podem ser encontradas nesses autores, que muitas vezes não conhecem

sequer nosso país e seus desafios, traz subentendida a ideia de que os conhecimentos produzidos nesses países, expressos nessas línguas são tão poderosos que podem servir de base à solução de nossas questões locais.

Estamos, em ambos os casos, diante de uma situação que expressa adesão ao colonialismo e o legitima, perpetuando a colonialidade por escolha do colonizado, desqualificando ou subalternizando conhecimentos localmente produzidos em nome da suposta universalidade do pensamento dos colonizadores. Se no campo das ciências duras podem existir argumentos em defesa dessa postura, no campo das ciências humanas e sociais, estes caem por terra.

Já em sua primeira obra (FREIRE, 1965), Paulo Freire afirmava que o dilema básico das sociedades latino-americanas, e, por extensão, dos intelectuais latino-americanos era o de optar ou não por uma “sociedade que se descolonizasse cada vez mais” (p. 25). Mais de 50 anos depois, o dilema permanece o mesmo. A partir dos anos 1990, cresceu na América Latina o chamado pensamento decolonial, que busca nos pensar a partir de nós mesmos. A Sociologia decolonial vem mostrando, sobretudo desde então, os problemas e limites do pensamento colonial europeu/eurocêntrico, demonstrando as invenções do que acreditamos serem tradições ou questões naturais – como a definição das “raças” humanas, inexistente até o século XIX (Mignolo, 1999) – entre outras questões, como a noção de descobrimento, os processos de ocupação territorial e exploração das colônias e dos genocídios praticados no período colonial (LANDER, 1999).

Por seu lado, as críticas pós-coloniais revelam questões fundamentais da relação conhecimento/poder, especialmente a persistência da dominação dos conhecimentos dos colonizadores para além do processo das independências políticas. Neste sentido, o pós-colonial deve ser visto como o encontro de várias perspectivas e concepções sobre o conhecimento e o poder, um idioma que procura refletir sobre os processos de ‘descolonização’, quer nos espaços da metrópole, quer nos espaços colonizados. (MENESES, 2008).

Acatando a importância dessas reflexões que buscam o reconhecimento da inteligência dos povos e culturas colonizados, somos instados a questionar a naturalização da superioridade do Norte global e suas epistemologias, metodologias e convicções e propostas políticas e buscar uma outra internacionalização, que possa embasar outros valores e critérios para a produção e divulgação do conhecimento

produzido pelos povos e países colonizados. Isso nos obrigaria, a pensar que relações entre conhecimentos seria possível em processos não subalternos de internacionalização? E de que modo esses seriam avaliados e publicados.

Trata-se de enfrentar, acadêmica e editorialmente, o fluxo que realimenta nosso “complexo de vira-latas”. A expressão cunhada por Nelson Rodrigues em virtude do modo como o país reagiu à derrota do Brasil na final da Copa do Mundo de 1950, foi depois considerada pelo próprio como transcendendo o futebol. Diz ele:

Por "complexo de vira-lata" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. O brasileiro é um narciso às avessas, que cospe na própria imagem. Eis a verdade: não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a autoestima³.

A luta contra tal compreensão de si deveria nos habitar, deveria nos levar a diálogos com nossos vizinhos, parceiros de processo de formação e de discriminação, vítimas, como o Brasil, de percepções injustas e errôneas por parte dos colonizadores, desde a origem. Não há, nem nunca houve, raça inferior ou indolência nos povos ameríndios ou africanos. O que houve, e segue havendo com nosso aval na atualidade, foi um processo de colonização que aniquilou povos inteiros, culturas e conhecimentos, num processo genocida e epistemicida (SANTOS, 1995).

Esse processo de exclusão de formas de conhecimento não científico se fez presente no processo de expansão europeia, que incluiu muitos "epistemicídios", ou seja, aniquilamento ou subalternização, subordinação, marginalização e ilegalização de práticas e grupos sociais portadores de formas de conhecimento "estranhos", porque sustentadas por práticas sociais ameaçadoras (OLIVEIRA, 2006, p. 42).

Boaventura afirma que o epistemicídio foi um dos grandes crimes cometidos contra a humanidade, empobrecendo irreversivelmente o horizonte e as possibilidades de conhecimento. Para ele, é preciso um novo paradigma, que revalorize “os conhecimentos e as práticas não hegemônicas que são afinal a esmagadora maioria das práticas de vida e de conhecimento no interior do sistema mundial (SANTOS, 1995, p. 329). Pode-se dizer que por meio dos epistemicídios a cultura ocidental – da Europa branca, machista e burguesa – se sobrepôs às dos países colonizados, desqualificando-as e inferiorizando o conhecimento nelas e por

³ Texto publicado na revista Manchete esportiva, a 31 de maio de 1958.

elas produzidos, atingindo, com isso, a autoestima de seus detentores, o que ajuda a compreender as origens do nosso complexo de vira-latas ao mesmo tempo em que nos ajuda a superá-lo.

Assumir, na atualidade, uma internacionalização que nos relega à condição de “cientistas vira-latas” em nossa própria divulgação científica perpetua as condições que nos trouxeram a este lugar. Lutar contra tal complexo parece, assim, o único modo de contribuir para a equalização das relações entre diferentes processos de produção de conhecimento e seus resultados, revertendo a colonialidade que segue em voga na atualidade, e a condição de país periférico do sistema capitalista.

Desinformação e negacionismo: as universidades, a ciência e os pesquisadores sob fogo

Muito da pesquisa hoje desenvolvida, no Brasil e no mundo, se relaciona a novas epistemologias e a metodologias inovadoras de pesquisa, o que as situa fora da ciência normal (Kuhn, 1971) e das metodologias mais tradicionais de pesquisa. Isso significa que, em muitos momentos, o próprio reconhecimento da validade de conhecimentos produzidos nessas e por essas pesquisas enfrenta dificuldades de aceitação. No contexto das relações de poder e das desigualdades já referidas, os embates entre cientistas têm sido numerosos e muitos deles se dão no sentido do questionamento, seja dos conhecimentos historicamente valorizados, eurocêntricos seja do seu oposto, dos conhecimentos que emergem dessas novas abordagens.

Apesar disso, e dos problemas que já elencamos sobre esse debate, que envolve poderes e saberes diferentes e, muitas vezes, desiguais, uma questão maior vem emergindo no campo científico, e ganhando corpo e visibilidade em tempos recentes, sobretudo a partir da pandemia de COVID-19: a do negacionismo científico e da desinformação a ele atrelada. De certa forma, esse perigo social uniu pesquisadores de diferentes matizes, reduzindo os problemas entre eles em nome de uma luta contra “um mal maior”. No portal da FAPESP é possível encontrar uma entrevista bastante esclarecedora a esse respeito, mas como diz o próprio entrevistado, o pesquisador da Faculdade de Medicina da USP, Renan Leonel (2020), as origens do fenômeno são bem mais antigas.

A forma como as sociedades se organizam politicamente e culturalmente para construir agendas de conhecimento e de

ignorância tem sido objeto de estudo da Sociologia desde o início do século 20. Entende-se que a produção e a disseminação do conhecimento científico não é um processo neutro. Existem escolhas políticas ao longo de toda a cadeia de desenvolvimento da ciência. Do mesmo modo, existem atores e instituições interessados em disseminar desinformação. De modo geral, a produção de ignorância tem relação com movimentos políticos que buscam legitimar uma determinada agenda de poder ou tirar o foco de algo que não lhes interessa (p. 6).

Lembrar das afirmações de que a terra é plana – e de que havia sérias pesquisas que o demonstravam – de que era preciso banir a teoria da evolução das espécies, por desrespeito às famílias criacionistas ou das tantas “dietas milagrosas”, chás e outras propagandas semelhantes que nunca foram coibidas nos permite perceber de que modo a desinformação se fez acompanhar do negacionismo ao longo do tempo e como ocupou espaço, crescentemente na sociedade, conforme alertava Nathália Pasternak em entrevistas e colunas em 2020, mesmo ano da entrevista de Renan Leonel. Cabe também ressaltar a desqualificação das ciências humanas e sociais produzida pela obra de Sokal e Bricman (2010), em finais do século XX, na qual os autores defendiam a ideia de que nada inovador nesses campos – o pensamento pós-moderno de modo geral – deveria ser levado a sério, por uma série de motivos que não cabe elencar. O que nos interessa nessa obra é o fato dela atacar, simultaneamente, pesquisadores de diferentes afiliações e matizes, tratando-os todos como charlatães, criando uma ideia de que o que esses intelectuais produzem é pseudociência, ou em linguagem mais atual, *fakescience*.

No Brasil atual, esse tipo de ataque vem se convertendo em uma verdadeira guerra contra as universidades públicas – aquelas que mais produzem conhecimento no país – de modo exponencialmente crescente, e assustador. De acusações de fraude e má gestão de recursos a críticas sobre o que se produz ou mesmo ao direito de docentes pesquisadores à autonomia ou aos salários que recebem, todas as armas são válidas, sobretudo depois do golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e a substituiu pelo seu vice-presidente, Michel Temer, alinhado e comprometido com processos negacionistas e privatistas.

O agravamento da situação com a posse de Jair Bolsonaro – depois de uma campanha eleitoral baseada em desinformação, fenômeno que acompanha o negacionismo – foi imenso. Com um sistema de comunicação alimentado por robôs e produção intensa, sistemática e oficial de desinformação, a desqualificação do

conhecimento científico atingiu níveis alarmantes, sobretudo em função dos danos por elas causado ao país na gestão da pandemia.

A leitura da entrevista assusta, menos pelas desinformações às quais se refere em si do que pelo fato de ser possível identificar, ao lado da “Sociologia do conhecimento”, campo de pesquisa de Leonel (2020), um sistema organizado de produção de ignorância e desinformação. E ele argumenta: “me interessei em propor o projeto por entender que a produção de ignorância em si está se tornando um ator capaz de comprometer os instrumentos de produção do conhecimento” (p. 2). Há mesmo, atualmente, um campo de pesquisa que se nomeia como “Sociologia da Ignorância” que “estuda a produção de desinformação e mecanismos de descrédito da ciência oficial em um ambiente de caos, sem controle” (p. 2).

Para Leonel, a produção cultural da ignorância no Brasil – em relação à COVID-19, no projeto sobre o qual fala, mas não só – é mais perigosa do que nos demais países estudados na pesquisa, EUA e Inglaterra. E identifica o porquê.

O Brasil foi o mais impactado pela produção sistemática de desinformação por ter uma educação para a ciência bem menos consolidada que a britânica e norte-americana, além de uma população com menos anos de estudo em média. Além disso, os instrumentos de comunicação científica, que são necessários para contrabalancear a produção de ignorância e fazer a informação chegar até as pessoas, são mais frágeis no país (p.5).

Estamos, portanto, diante de um cenário em que o termo agnotologia, recentemente cunhado nos Estados Unidos, precisa passar a integrar nossos debates. A agnotologia estuda os “fenômenos de produção política e cultural da desinformação”. E entende que, “Trata-se de um processo socialmente induzido e que visa a promoção deliberada da ignorância ou da incerteza na opinião pública acerca de determinado tópico” (p. 1).

Assim, mesmo contrariados, cientistas sociais precisam compreender, com Leonel, que o antídoto à onda negacionista e suas nefastas consequências sobre a produção e a divulgação científicas, as universidades, os pesquisadores e a tudo que lhes está associado, é o incremento dessa divulgação, a sua maior penetração social, a busca de se fazer compreender e de abrir a comunicação científica. Esta é uma imensa responsabilidade, que se diz respeito a toda comunidade científica, recai especialmente sobre aqueles que têm poder de decisão sobre o que se pública ou não, sejam as grandes editoras e seus preços absurdos para publicar e acessar

material científico, sejam os editores de periódicos de publicação e acesso gratuitos, já que é preciso assegurar a ética nas avaliações e pesquisas e a qualidade do material publicado, além, é claro, de suas possibilidades de compreensão pelos diferentes sujeitos e grupos sociais.

Responsabilidades editoriais e suas questões principais: a ética na pesquisa, na avaliação e na publicação de artigos acadêmicos

Situando, portanto, a tarefa editorial no campo das ciências sociais e humanas em geral, e da educação em particular, nesse caldo fervente de problemas que vão do mercantilismo à internacionalização subalterna – que promovem a exclusão “global” da maior parte da produção acadêmica nacional –, passam pelo embate entre o negacionismo e o cientificismo – que tende a criar embates e conflitos onde deveria haver diálogo e respeito mútuo – e chegam às questões locais, que envolvem critérios éticos de pesquisa, ainda em gestação no campo das ciências humanas e sociais (MAINARDES, 2016) sob domínio da área da saúde, e de avaliação por pares, com frequência influenciada e expressa por mecanismos duvidosos. Expomos, abaixo, e para finalizar o artigo, algumas das dificuldades que esse cenário traz para editores, autores e avaliadores.

Repensar os processos editoriais, buscando mantê-los viáveis sem que haja cobrança a autores e leitores é um dos desafios, particularmente relevante e difícil em tempos de (des)financiamento, como o que vivemos atualmente. Na área de educação no Brasil, esta é a situação da maior parte dos periódicos. Na perspectiva da mercantilização e dos espaços abertos à lógica do mercado, assistimos ao crescimento dos chamados periódicos predatórios, como já dito, ainda sem resposta eficaz por parte do sistema de avaliação de periódicos com o qual contamos. Paralelamente, a questão da necessidade de uso da língua inglesa, percebida como língua franca na internacionalização subalterna, vem criando exigências dispendiosas para autores e periódicos, ao mesmo tempo em que favorece diálogos com o mundo colonizador e comprometendo fortemente as interações Sul-Sul, entre países colonizados que, em geral, enfrentam problemas semelhantes em suas sociedades e sistemas educativos.

A questão ética surge como problema por vários ângulos e para diferentes atores dos processos de produção e divulgação científica. Em primeiro lugar, a

crescente e justa exigência de que as pesquisas sejam aprovadas por comitês de ética para serem publicadas ainda não encontrou medida satisfatória no campo das ciências humanas e sociais, apesar dos muitos esforços e ações nesse sentido que vêm sendo promovidas no país (e provavelmente fora dele). O domínio da área da saúde sobre os critérios éticos expõe pesquisadores a questões como: “sua pesquisa trabalha com humanos?”, como se fosse possível ser de outra forma e trabalhando a partir da ideia de que experiências investigadas operam do mesmo modo que experimentos científicos. Mesmo os bons resultados dos esforços para que a especificidade da área seja respeitada, elementos indispensáveis à ética efetiva dessas pesquisas acabam sendo negligenciados, como o modo como as experiências serão relatadas, os limites do que se pode e deve divulgar e como, os direitos dos sujeitos do “campo pesquisado” e a própria questão do chamado anonimato desses sujeitos, nem sempre eficaz ou mesmo desejado.

O respeito aos atores envolvidos na pesquisa acaba sendo um detalhe que pode passar despercebido de comitês de ética, que pouco exigem no sentido de retorno ao campo investigado ou no tratamento das informações de modo analítico e não a partir de juízos de valor dos pesquisadores. Trata-se de buscar exigir de pesquisadores que não ajam de modo extrativista em suas pesquisas, considerando a duvidosa ética na divulgação desse tipo de produção de conhecimento. As pesquisas que envolvem sujeitos das escolas, frequentemente, produzem e publicam resultados de pesquisas “extrativistas”, desrespeitosas com o campo pesquisado e seus sujeitos, já amplamente criticadas por pensadores contemporâneos, como Boaventura de Sousa Santos (2019).

Do ponto de vista dos pareceres, frequentemente anônimos em processos de avaliação por pares em duplo cego (nem o parecerista sabe o nome do autor, nem o autor sabe quem fez o parecer). Aparentemente um mecanismo de proteção de ambos os papéis, esse sistema tem dado margem a problemas éticos – envolvendo questões políticas, metodológicas e epistemológicas. A consciência de que o convite para a emissão de um parecer não é uma demanda de opinião pessoal, mas sim uma demanda de avaliação da qualidade intrínseca do artigo que é analisado parece não estar suficientemente difundida entre nós. É comum editores se depararem com pareceres em que o responsável pela emissão opina, a partir de seus próprios referenciais em lugar de avaliar de acordo com os critérios que o periódico elenca. Há

casos em que os formulários não esclarecem o que se espera dos pareceristas, ou mesmo dos autores, mas na maior parte do tempo, os problemas surgem em função de percepções autoritárias (politicamente) ou próximas ao positivismo (epistemologicamente), que entendem como erro tudo aquilo que não corresponde ao seu próprio pensamento.

Ao acatarmos sem questionamentos sólidos as possibilidades de realização de pesquisas extrativistas e sua publicação, por um lado, e a emissão de pareceres calcados na desconsideração da pluralidade epistemológica, política e ideológica do mundo, por outro, alimentamos perspectivas que prejudicam o desenvolvimento da área das ciências humanas e sociais bem como a sua respeitabilidade. Com isso, como afirmado acima, abrimos espaços para autoritarismos políticos e científicos, mas, e de modo bem mais grave, alimentamos a produção de *fakenews*, baseada na ideia de que o que fazemos é *fakescience* e que, portanto, estamos em uma terra de ninguém onde tudo pode ser, inclusive o negacionismo.

Só o estabelecimento de mais e melhores critérios éticos para pesquisadores, autores e pareceristas, aliado ao respeito mútuo entre perspectivas distintas de pesquisa, fundamentações e métodos de trabalho, assegurando a densidade acadêmica de artigos e pareceres pode nos ajudar, e essa é uma tarefa que envolve editores de periódicos, em seu trabalho de recepção, distribuição aos pareceristas e cuidado na emissão de pareceres consolidados. Os riscos não se restringem mais aos embates desrespeitosos entre diferentes pesquisadores, referenciais, metodologias e apresentação de resultados, já problemáticos em si, eles envolvem a abertura de espaços para a desqualificação da ciência e o consequente crescimento da credibilidade de absurdos, como temos assistido pela internet.

Finalizando sem concluir...

O objetivo deste artigo foi o de fornecer um panorama a respeito das inquietações de pesquisadores e editores de periódicos na atualidade, considerando os múltiplos problemas e os desafios que deles emergem.

Sem buscar responder às perguntas que nos advêm quando mergulhamos nessas reflexões, buscamos tratá-las como pesquisadora que somos: interrogando-as, refletindo sobre elas e buscando produzir argumentos que permitam o incremento deste importante debate, que não parece destinado a ter um fim, mas pode ser

ampliado a pesquisadores ainda alheios ao que vimos enfrentando, da área da educação ou outras, a entidades e sujeitos da sociedade civil, de modo a publicizar esse aspecto do fazer científico: seu caráter permanentemente provisório, seu comprometimento com o conjunto da sociedade, sua preocupação com a qualidade acadêmica do que produz, mas também ética e política.

Muitas responsabilidades envolvem essas práticas, e a responsabilidade de editores de periódicos é a de enfrentar esses desafios. Quanto mais e melhor trocarmos ideias, aprendendo uns com os outros, melhores são as chances de amadurecer ações e qualificar nossas publicações em todas as suas dimensões: epistemológicas, metodológicas, políticas, éticas e outras. Deixamos aqui nossa contribuição. Sigamos, juntos.

Referências

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1965.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LEONEL, R. **Negacionismo científico: a produção política e cultural da desinformação**. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/negacionismo-cientifico-a-producao-politica-e-cultural-de-desinformacao/34028/>. São Paulo: FAPESP. Publicado em 2/9/2020.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: desafios atuais. In: CARVALHO, M.V.C.; CARVALHÊDO, J. L. P.; ARAULO, F. . M. (Orgs.). **Caminhos da pós-graduação em educação no Nordeste do Brasil: avaliação, redes, e produção científica**. Teresina: EDUPI, 2016, p. 73-82.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais** n. 80, p. 5 – 10.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 33 – 49.

OLIVEIRA, I. B. de. **Boaventura e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, B. de S. Para além das linhas abissais.... **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2007.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SERAFIM, M. P. **O processo de mercantilização das instituições de educação superior**: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 241-265, jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a02v16n2.pdf>. Acesso em 01 de abril de 2020.

SOKAL, A.; BIRCMAN, J. **Imposturas intelectuais**: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. 4. Edição., São Paulo: Record, 2010.